

SESSÃO de REVISÃO de 17 de fevereiro de 2025

Entre os julgados da 2ª Câmara na 964ª Sessão de Revisão, merecem destaque os seguintes entendimentos:

PORNOGRAFIA INFANTIL ATRAVÉS DO APLICATIVO TELEGRAM. TRANSNACIONALIDADE PRESUMIDA. ATRIBUIÇÃO DO MPF PARA A PERSECUÇÃO PENAL.

Número: JF/SP-5003146-83.2024.4.03.6181-PICMP - Eletrônico [Voto nº: 470/2025](#)

Número: JF/SP-5010704-43.2023.4.03.6181-PICMP - Eletrônico [Voto nº: 469/2025](#)

Número: JF/SP-5002493-81.2024.4.03.6181-PICMP - Eletrônico [Voto nº: 496/2025](#)

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

PORNOGRAFIA INFANTIL EM SALA DE BATE-PAPO UOL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA TRANSNACIONALIDADE DO CRIME. ATRIBUIÇÃO DO MP ESTADUAL PARA A PERSECUÇÃO PENAL.

Número: JF/SP-5009229-18.2024.4.03.6181-PICMP - Eletrônico [Voto nº: 267/2025](#)

Número: JF/SP-5005795-21.2024.4.03.6181-PICMP - Eletrônico [Voto nº: 87/2025](#)

Número: 1.29.000.009403/2024-26 - Eletrônico [Voto nº: 266/2025](#)

Número: 1.34.001.007654/2024-04 - Eletrônico [Voto nº: 465/2025](#)

Número: 1.34.001.010204/2024-91 - Eletrônico [Voto nº: 4634/2024](#)

Número: 1.34.001.010492/2024-83 - Eletrônico [Voto nº: 21/2025](#)

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

PORNOGRAFIA INFANTIL ATRAVÉS DO APLICATIVO WHATSAPP. ELEMENTOS COLHIDOS E ENCAMINHADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PORTUGAL. INDÍCIOS DE COMPARTILHAMENTO TRANSNACIONAL. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Número: JF-SAN-5001481-55.2024.4.03.6141-INQ - Eletrônico Voto nº: 490/2025

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

CRIME DE TRANSFOBIA (ART. 2º-A OU ART. 20, § 2º, DA LEI Nº 7.716/1989) EM UMA SALA DE BATE-PAPO DO UOL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA TRANSNACIONALIDADE DO CRIME. ATRIBUIÇÃO DO MP ESTADUAL PARA A PERSECUÇÃO PENAL.

Número: 1.34.001.000552/2025-31 - Eletrônico **Voto nº: 481/2025**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

FALSIDADE IDEOLÓGICA. USO DE DOCUMENTO FALSO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE TERCEIROS PARA INSCRIÇÃO DE CNPJ COMO MEI. A CRIAÇÃO DE UM CNPJ, COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, DÁ-SE POR MEIO DO PORTAL "GOV.BR", ATRAVÉS DO PORTAL DO EMPREENDEDOR. POSSÍVEL PRÁTICA DO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO, OU DE FALSIDADE IDEOLÓGICA ATENTA DIRETAMENTE CONTRA OS SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. RECURSO EM FACE DA DELIBERAÇÃO DA 2ª CCR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REMESSA DO FEITO AO CONSELHO INSTITUCIONAL DO MPF.

Número: 1.17.000.001473/2024-57 - Eletrônico [Voto nº: 231/2025](#)

Número: 1.17.000.001502/2024-81 - Eletrônico [Voto nº: 230/2025](#)

Clique sobre cada voto acima para acessar sua íntegra

ESTELIONATO MAJORADO. DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO A PARTIR DE PEDIDO FRAUDULENTO. USO DE DOCUMENTO FALSO EM DETRIMENTO A SERVIÇO E INTERESSE DO INSS. INTERESSE FEDERAL EVIDENCIADO. CRIME PRATICADO EM DETRIMENTO DE SERVIÇOS OU INTERESSE DO INSS (AUTARQUIA FEDERAL). RESPONSABILIDADE DO INSS EM VERIFICAR A REGULARIDADE DO PEDIDO DE DESCONTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO.

Número: 1.28.000.001602/2024-23 - Eletrônico [Voto nº: 421/2025](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra _____

SAQUE DE BENEFÍCIO DO BOLSA FAMÍLIA DA VÍTIMA, SEM A SUA AUTORIZAÇÃO, EM CONTA MANTIDA NA CEF. LESÃO A SERVIÇOS E INTERESSE DA CEF. ATRIBUIÇÃO FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL.

Número: 1.29.000.004450/2024-83 - Eletrônico **Voto nº: 484/2025**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

RECEBIMENTO INDEVIDO DE SALÁRIO-FAMÍLIA POR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. BENEFÍCIO PAGO DIRETAMENTE PELO INSS OU DESCONTADO DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS PELOS EMPREGADORES AO INSS. PREJUÍZO DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL.

Número: 1.31.001.000230/2024-12 - Eletrônico **Voto nº: 4622/2024**

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP). CONDOTA PRATICADA EM DETRIMENTO DO INTERESSE E DOS SERVIÇOS DA CVM, ENTIDADE AUTÁRQUICA FEDERAL, VINCULADA AO MINISTÉRIO DA FAZENDA, O QUE JUSTIFICA A ATRIBUIÇÃO DO MPF PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

Número: JF/SP-5002521-54.2021.4.03.6181-IP - Eletrônico [Voto nº: 308/2025](#)

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra _____

FURTOS E DANOS AO PATRIMÔNIO DE EDIFÍCIOS QUE FAZEM PARTE DO COMPLEXO DO AEROPORTO DE JACAREPAGUÁ, CONCEDIDO, POR MEIO DE LICITAÇÃO, PELA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) A PESSOA JURÍDICA PRIVADA. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. O FATO DE OS BENS REVERSÍVEIS RETORNAREM À UNIÃO APÓS A EXTINÇÃO DA CONCESSÃO NÃO TEM O CONDÃO DE ATRAIR A ATRIBUIÇÃO FEDERAL. ISSO PORQUE, ATÉ QUE ESSA SITUAÇÃO OCORRA (EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E REVERSÃO DOS BENS), A CONCESSIONÁRIA É RESPONSÁVEL PELA POSSE, GUARDA, MANUTENÇÃO E VIGILÂNCIA DE TODOS OS BENS DA CONCESSÃO, CONFORME O CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 001/ANAC/2023. DURANTE A VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO, EVENTUAIS PREJUÍZOS, EM RAZÃO DE FURTOS E DANOS, SERÃO SUPORTADOS PELA CONCESSIONÁRIA, E NÃO PELA UNIÃO, A QUEM REMANESCE, DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO, APENAS O DEVER DE REGULAR E FISCALIZAR A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MP ESTADUAL.

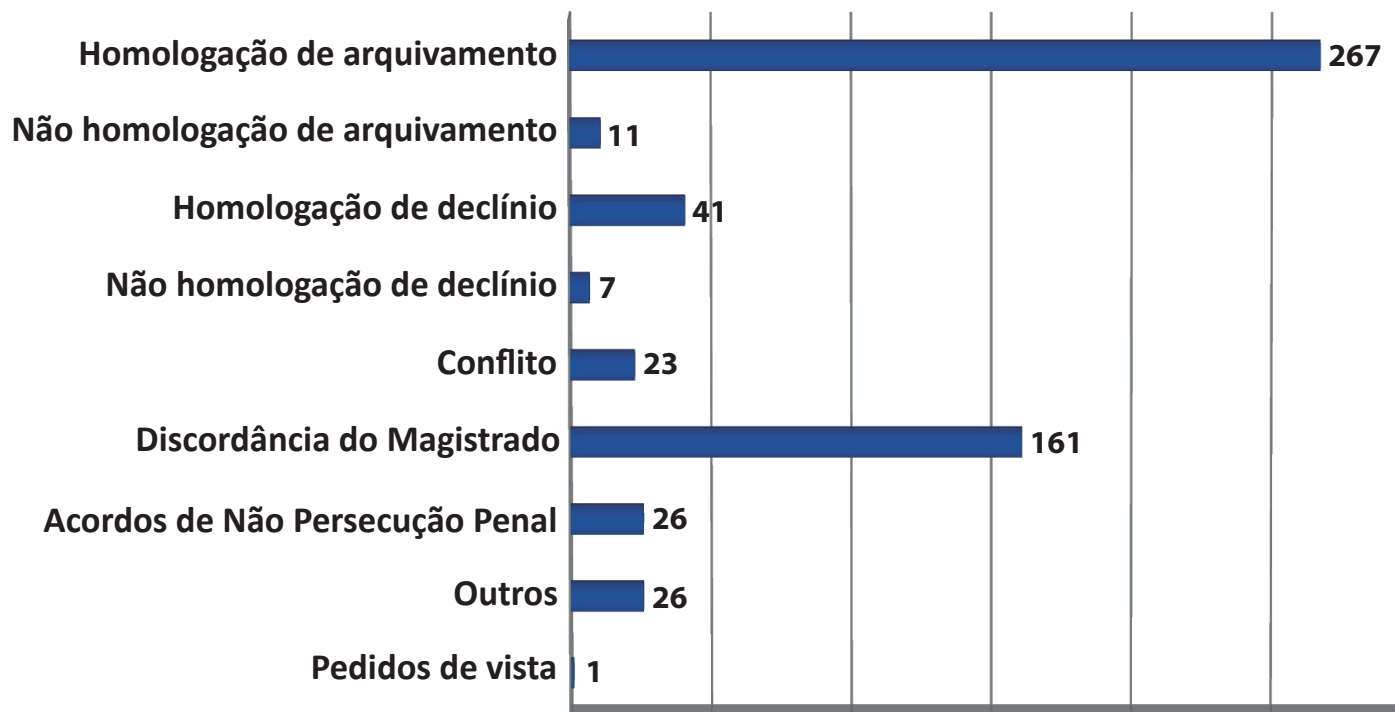
Número: 1.30.001.005602/2024-34 - Eletrônico Voto nº: 299/2025

Clique sobre o voto acima para acessar sua íntegra

ESTATÍSTICAS

Total de processos apreciados: 563

Quantitativo de processos julgados x deliberações do colegiado



Detalhamento

Processos encaminhados pelo magistrado x deliberações do colegiado

